

SINDSEP-AM



Maio 2024

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO AMAZONAS

DIA DO TRABALHADOR RETROCESSOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Em um cenário de retrocessos e ataques a direitos conquistados com árduas batalhas, o Dia do Trabalhador nos convoca a uma profunda reflexão. Vivemos numa época de mudanças rápidas e implacáveis, onde os avanços tecnológicos são utilizados como pretexto para intensificar a exploração.

No setor privado, contratos temporários e jornadas exaustivas tornaram-se a norma, enquanto os direitos trabalhistas são sistematicamente desrespeitados em nome da competitividade e da maximização dos lucros.

Por outro lado, o setor público, historicamente responsável pela garantia de serviços essenciais, tem sido alvo de ataques constantes. No Brasil, a 'Reforma do Estado' de 1995 trouxe a adoção de práticas gerenciais do setor privado e levantou questões sobre a eficácia e a compatibilidade dessas práticas com o interesse público. A estabilidade, uma vez vista como um direito, passou a ser criticada como um privilégio, e o servidor foi estigmatizado como ineficiente e acomodado. Isso resultou em uma desvalorização cada vez maior do setor e em uma deterioração das condições de trabalho, com os órgãos cada vez mais sucateados.

Em 2016, a PEC 55 (Teto dos Gastos) impôs limites draconianos a investimentos em áreas fundamentais, como saúde e educação, sacrificando o bem-estar da população em nome de uma austeridade fiscal cega e desumana. Para os servidores, proibição de novos concursos públicos e congelamento salarial foram apenas alguns dos males da medida.

GOLPE DEVASTADOR

Além disso, a reforma trabalhista de 2017 foi um golpe devastador nos direitos dos trabalhadores, permitindo a terceirização irrestrita e enfraquecendo a organização sindical. Sob o pretexto de modernizar o mercado de trabalho, a reforma apenas serviu para intensificar a exploração e a precarização, colocando os interesses do capital acima da dignidade e dos direitos dos trabalhadores.

Não podemos ignorar também o desmonte sistemático dos sindicatos, promovido durante o último governo. A possibilidade de desfiliação automática e o estrangulamento financeiro das entidades foram táticas nefastas para silenciar as vozes dos trabalhadores e enfraquecer sua capacidade de resistência e organização.

Ainda no âmbito do serviço público, outro retrocesso é a PEC 32 (Reforma Administrativa), que acaba com a estabilidade, extingue promoções e muitos outros benefícios. Também não podemos deixar de citar o nefasto Marco Temporal que impede a demarcação das terras indígenas; nem tão pouco (em nível internacional) os milhares de trabalhadores mortos na Faixa de Gaza pelo conflito entre Israel e Palestina.

Mas apesar de tudo isso, a luta de classes também promoveu avanços. A valorização da qualificação profissional e a conscientização sobre a importância da saúde mental e física no ambiente laboral tem ganhado espaço, e as mobilizações por políticas de bem-estar para os empregados, privados e públicos, não param.

Diante desse cenário desafiador, é essencial que a classe trabalhadora permaneça unida e mobilizada na defesa de seus direitos e interesses. Neste sentido, urge regulamentar a Convenção 151 da OIT no Brasil, para garantir participação dos servidores públicos na gestão de suas condições de trabalho. Isso traria estabilidade, democracia e diálogos construtivos nas relações laborais, fortalecendo serviços públicos de qualidade e reduzindo greves, além de promover a inclusão, dando voz e vez aos servidores. Portanto, é urgente que o Brasil implemente esta convenção. É o que nós, do Sindsep-AM, continuaremos a defender.



COMPROMISSO

“Neste Dia do Trabalhador, reafirmamos nosso compromisso inabalável com a luta por dignidade, justiça e solidariedade. Que a voz dos trabalhadores ecoe alto e claro, resistindo a todas as formas de opressão e injustiça, que possamos avançar em direção a um futuro onde todos os trabalhadores sejam valorizados e respeitados, independentemente do setor em que atuam. Afinal, é o trabalho que move o mundo, e são os trabalhadores que constroem o futuro.”

Walter Matos
secretário geral

Siga o Sindsep-AM nas redes sociais



MULHERES RECEBEM 19,4% A MENOS DO QUE HOMENS



Embora possam desempenhar as mesmas funções que os homens, as trabalhadoras brasileiras ainda ganham 19,4% a menos que eles. Quando se trata de cargos de gerentes e dirigentes, essa diferença chega a 25,2%. Os dados são do 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, levantado pelos ministérios do Trabalho e Emprego e das Mulheres.

Secretária de Assuntos Jurídicos do Sindsep-AM, Geralda Oliveira avalia que esse cenário já foi pior em outros momentos, mas ainda há muito a avançar.

“Apesar dos avanços, ainda existe um abismo muito grande entre o salário

“*No próprio serviço público, existe desigualdade quando se trata de um cargo de confiança, de chefia. Na maioria das vezes, os homens são escolhidos, mesmo com mulheres competentes disponíveis*”

Geralda Oliveira
Secretária do Sindsep-AM

de homens e de mulheres, principalmente no setor privado”, pontua.

Servidora aposentada, Geralda diz que essa desigualdade é mais difícil no serviço público, onde as vagas já vêm com função e remuneração, independente do gênero.

No entanto, o machismo se revela por outros meios. “No próprio serviço público, existe desigualdade quando se trata de um cargo de confiança, de chefia. Na maioria das vezes, os homens são escolhidos, mesmo com mulheres competentes disponíveis”. Para Geralda, a solução para esse problema parte de políticas públicas que desestimulem essas práticas, principalmente no setor privado.

Igualdade necessária

No ano passado, o **governo Lula** sancionou a **Lei nº 14.611**, que aborda a **igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens no ambiente de trabalho**.

Empresas com mais de 100 empregados devem adotar medidas para garantir essa igualdade, incluindo transparência salarial, fiscalização contra discriminação, canais de denúncia, programas de diversidade e inclusão, e apoio à capacitação de mulheres.

Na Câmara, houve 325 votos a favor e 36 contrários ao PL da igualdade salarial. A maioria (24) dos ‘não’ partiu de deputados do PL, partido de Bolsonaro. Do total, houve ainda dez mulheres que votaram contra o texto. Todas em partidos de direita. Elas alegam que a lei não atende todas as mulheres, já que vale para empresas com mais de 100 funcionários, cria mais burocracia e pode oferecer riscos a dados coletados pelas companhias.

FALTA DE QUALIFICAÇÃO AFETA DESEMPREGO DE JOVENS

Apesar da queda no desemprego, hoje em 7,6%, segundo o IBGE, a dificuldade para a empregabilidade entre jovens permanece. Entre aqueles com 18 a 24 anos, o desemprego é de 15,3%, mais que o dobro da média geral.

De acordo com a plataforma de empregos Indeed, as principais dificuldades para inserção de jovens no mundo do trabalho são a falta de experiência, a baixa maturidade profissional, escassez de vagas, hesitação do contratante e instabilidade ocupacional.

Para o secretário-geral do Sindsep-AM, Walter Matos, é preciso mais do



que nunca investir em educação. “Esses jovens precisam de qualificação, eles precisam ocupar esses postos e também dar continuidade à nossa luta enquanto categoria”, afirma.

Ele lembra que é preciso garantir a

realização de concursos para a renovação dos quadros no setor público, hoje com uma boa parcela já recebendo abono de permanência.

Além disso, neste cenário em que há dificuldades para qualificação, defende que os certames incluam vagas para nível fundamental e médio.

“Além de oferecer oportunidade a quem não pôde cursar uma faculdade, é essencial para manter o bom funcionamento dos órgãos federais, porque eles atuam só com servidores de nível superior. Os técnicos são essenciais para todo o trabalho realizado na administração pública”.